

HISTÓRIA & ENSINO

Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL

Londrina, v. 21, n. 1, 2015

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, a revista *História & Ensino* publica três artigos relacionados às discussões travadas em *Historia a Debate* (HaD). Por isso, fez-se necessário apontar alguns parâmetros do que seria este grupo de discussão. HaD é um foro permanente de debate em relação à historiografia e ao ensino e a aprendizagem histórica, existente desde 1993, coordenado por Carlos Barros, professor de História da Universidade de Santiago de Compostela.

Em 2004, Ivo Matozzi organizou na Universidade de Bologna um congresso cujo título era: “*Storiografia e insegnamento dela storia: è possibile una nuova allenanza?*” Neste evento foram lançadas “respostas” pertinentes em relação à articulação entre a historiografia e o ensino e a aprendizagem histórica, a pesquisa e o ensino, a teoria e a prática. Em 2007, Joaquim Prats organiza o evento “*Seminario Internacional Taula d’Història: El valor social i educativo de la historia*” na Universidade de Barcelona e os debates são intensificados neste sentido. Assim, nasce a “*Propuesta para el nuevo paradigma educativo de la historia*” escrito por Carlos Barros. No Brasil, o texto pode ser visto na Revista HISTEDBR On-Line (http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art01_28.pdf). Aqui realçamos alguns princípios desta proposta que a nosso ver continua atual:

- A proposta confronta radicalmente as políticas neoliberais que entendem a escola, o ensino e a aprendizagem segundo uma lógica empresarial. Critica a educação por “competências” que retiraria de cena o compromisso ético e a epistemologia social. As chamadas “competências” devem ser substituídas pela demanda de se criar valores e saberes voltados para a ética democrática;
- Entende que há que reconhecer as décadas de 70-80 do século passado como momento em que houve de fato uma renovação nos métodos e temas relacionados não apenas à historiografia, mas também ao ensino e a aprendizagem histórica. Quanto ao ensino e a aprendizagem histórica, a proposta retoma, em especial, o brasileiro Paulo Freire como expoente

máximo do que se pretende: nem retroceder ao positivismo (ensino tradicional) e nem recair na incapacidade reconstrutora do pós-modernismo.

- No caso da função do professor, nem um autoritarismo que obriga a mera memorização e nem um facilitador ou coordenador de aprendizagem que aceita qualquer versão histórica;
- Contudo, compreende que há que se aproveitar das vanguardas das décadas de 70-80, considerando o contexto atual da globalização e aceleração do tempo. Também se deve retomá-las sem os seus problemas, que em síntese pode terminar em um marxismo ou um construtivismo mecânico, sem “conteúdo”, sem valores.;
- A proposta reconhece a interdisciplinaridade, mas desautoriza o entendimento de “competências” segundo um princípio que chama de psicologismo, em que outras disciplinas são chamadas para reafirmar as diretrizes tecnocráticas ou economicistas do ensino;
- Há que superar a separação causada no âmbito disciplinar e institucional entre historiografia e didática da história, entre comunidade acadêmica e professores de história. A investigação e o ensino são partes de um mesmo processo e de uma mesma profissão, na medida em que “todos escribimos, enseñamos y divulgamos la historia, em diferentes dosis, enfoques y estilos” (BARROS, 2007, p. 5).
- Existe um interesse maior sobre o passado, porém isto culmina na banalização da história, sendo que os enfoques mais conservadores são divulgados, em especial, pela mídia. Por isso mesmo, a escola é importante, pois “em ningún outro lugar es más conveniente que el profesor de historia actúe como um historiador público, comprometido com la tarea de hacer de los alumnos parte activa del sujeto de la historia que se aprende y que se hace” (BARROS, 2007, p 7).
- O ensino e a aprendizagem de história significam necessariamente o uso escolar das fontes históricas. Porém, apenas tal uso não garante um ensino e aprendizagem histórica de qualidade. O professor de história, em uma aliança didática-historiográfica, deve ter formação contínua, para que obtenha condições de trabalhar as fontes em sala de aula criticamente, de forma relacional, complexa, contextualizada e inter-relacionando níveis, fatos e atores. Entendendo que não há verdade histórica, mas a natureza da história

é estar condicionada ao seu tempo e aos interesses políticos e sociais;

- Compreender o presente pela ótica da história, implica em reconhecer que história não é apenas “coisa do passado”, e que entender-se como sujeito histórico significa agir para um determinado futuro;
- Quando se critica a ideia de “competências”, se propõe uma educação pelos valores universais humanistas: paz e democracia; justiça e igualdade; respeito pelo meio ambiente; tolerância e pluralismo; direitos humanos, de gênero e orientação sexual; respeito pelas diferentes etnias, religiões e nacionalidades;
- O mundo digital é importante para a aprendizagem de qualquer disciplina escolar, pois pode promover a autonomia do aluno para obter informações e novidades, mas não adianta ter competência digital se não se tem uma educação voltada para saberes e valores de uma sociedade democrática;
- O professor deve ter autonomia. Esta se constrói na relação pesquisa e ensino. Os conteúdos históricos não podem ser selecionados por especialistas ou autoridades administrativas, mas pelo próprio professor de história.

É importante perceber que no momento em que se reivindica em algumas manifestações brasileiras anti-governo “Menos Paulo Freire nas escolas”, “Intervenção militar” ou ainda “Volta à monarquia”, ou grupos que reivindicam uma “Escola sem partido”, a reflexão sobre a História e seu ensino e aprendizagem devem ser ponto de pauta. Não apenas o grupo de discussão de Carlos Barros adota essa premissa em que se pensa a função da História e seu ensino como uma ação política voltada para a construção de uma sociedade democrática. Há que se reconhecer que outros referenciais, enfoques, campos permitem pensar a educação, a escola, o ensino e aprendizagem histórica de modo que a finalidade seja uma sociedade democrática. Destaca-se, por exemplo, o campo investigativo da Educação Histórica – com Isabel Barca (Portugal) e Maria Auxiliadora Schmidt (Brasil) como principais expoentes - que já rendeu inúmeras pesquisas importantes neste sentido, e que neste número de *História & Ensino* também é representado com maestria por alguns artigos.

Os outros artigos aqui publicados também indicam, independentemente de seu enfoque, fundamentação, temática ou objetivo, a intensão de se pensar na construção de uma consciência histórica que tenha como base a noção de processo, mudança/permanência, multiperspectividade, reconhecimento da alteridade, empoderamento.

Eles compreendem sua identidade como “desenvolvimento” ou como “formação”, e ao mesmo tempo, com isso, aprendem a orientar temporalmente sua própria vida prática de tal forma que possam empregar produtivamente a assimetria característica entre experiência do passado e expectativa de futuro para o mundo moderno nas determinações direcionais da própria vida prática. (RÜSEN in BARCA et al. 2010, p. 46)

Esta formação histórica considera que a construção identitária é inerente à construção da alteridade, o que em outras palavras, significa entender que a cidadania só pode ser pensada por intermédio da interação, relação e coletividade, visando um futuro melhor.

Enfim, para Carlos Barros, o professor de história como vinculado à divulgação pública da história deve tomar partido, posicionar-se: “No se puede ocultar que el descubrimiento de América por parte dos españoles y portugueses fui una conquista colonial...” ou “No se puede ocultar que el golpe militar em Espanha del 18 de julio de 1936, fue un levantamiento contra um gobierno democraticamente elegido...” (BARROS, 2007, p. 15). Da mesma forma, segundo Carlos Barros, não se pode dar as costas às problemáticas do presente, pois a aprendizagem histórica deve servir ao propósito de refletir sobre a vida: violência, drogas, desemprego, famílias desestruturadas, multiculturalismo, divisão social e digital, etc. Coisas que as competências reguladas apenas pela premissa economicista não conseguem dar conta.

Referências:

BARCA, I., MARTINS, E. R., SCHMIDT, M. A. (Org.). *Jorn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

BARROS, C. Propuestas para el nuevo paradigma educativo de la historia. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 28, p. 2-24, dez. 2007.

Prof^a Dr^a Márcia Elisa Teté Ramos